

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	25. FEV. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

SINDICATOS DA FUNÇÃO PÚBLICA CONTESTAM POLÍTICA DO GOVERNO

A incompetência e a falta de vontade demonstrada pelo Governo em resolver problemas importantes com que debatem os trabalhadores da Função Pública seriam duas das conclusões expressas ontem no fim do plenário da Federação Nacional dos Trabalhadores da Função Pública, reunido nesta cidade, com o objectivo particular de analisar as recentes medidas do Governo relativas ao sector.

Considerando que o Governo não dá resolução aos principais problemas dos trabalhadores da Função Pública para os quais os Sindicatos apresentaram propostas «visando não só a melhoria das condições de trabalho no sector, mas também a racionalização e eficiência dos serviços prestados pela Administração em benefício das populações», o plenário salientaria, a título de exemplo, os sectores adstritos ao MEC, ao MAS e à ANA/EP responsabilizando, neste último caso, o Governo pelos prejuízos causados à Empresa e à economia nacional cujos custos de apenas um dia de greve chegavam para satisfazer as reivindicações económicas dos trabalhadores. Por outro lado, o plenário justificaria ainda a incompetência e falta de vontade do Governo em resolver os problemas da Função Pública apontando «o inexplicável atraso na aplicação da reestruturação das carreiras, os entraves postos à reestruturação de inúmeros serviços e a falta de um justo e adequado tratamento de sectores específicos como a Informática, Investigação, Previdência, Casas do Povo e I.O.S.».

Ao sublinhar e defender a iniciativa que os trabalhadores e suas organizações sindicais têm tomado no que respeita a reestruturação dos serviços, tendo em conta a necessidade de «tornar a Administração Pública operativa ao serviço do Povo português», o plenário repudiaria também as medidas anunciadas pelo Governo que «na base de uma pretensa austeridade e insinuando supostos privilégios dos trabalhadores» não virão a resolver os problemas de fundo da Administração Pública e colidirão com os direitos dos trabalhadores, com a sua estabilidade de emprego, designadamente no que diz respeito à mobilidade horizontal e vertical, à reanálise das situações de prestação de serviço e à contenção dos quadros de pessoal».

Analizando de seguida a actual situação política e social, o plenário da Federação Nacional dos Trabalhadores da Função Pública concluiria ainda que a actuação do governo em relação ao sector «se insere no contexto mais geral da política do Governo /AD, caracterizada pelo afrontamento às principais conquistas e direitos dos trabalhadores, agravando brutalmente o custo de vida, congelando salários, atacando violentamente e ilegalmente a Reforma Agrária, assaltando os órgãos de Comunicação Social estatizados, desenvolvendo uma política externa contrária aos interesses nacionais e à Constituição, atacando o sector Público e procurando reprivatizar as partes mais importantes do sector nacionalizado».

Finalmente o plenário delibera-

ria ainda apoiar a participação dos Sindicatos no III Congresso da CGTP/IN tendo anunciado a

realização do Congresso da Função Pública que se efectuará ainda durante este ano.

